TRIBUNA PARLAMENTAR

Informativo da Assembléia Legislativa de Pernambuco – Ano IV – nº 33 – Junho de 2004

Saúde em pauta na Alepe

Leis como a que proíbe fumar em determinados locais públicos e a que define regras para o acesso de agentes sanitários a residências e outros imóveis, visando o combate à dengue, são alguns dos exemplos de matérias aprovadas na Assembléia, nesta 15ª Legislatura. Desde 2003, 79 projetos passaram pela Comissão de Saúde da Casa. Desses, 21 já foram transformados em leis.

Páginas 4 e 5



TUCA SIQUEIRA



CARLOS OLIVEIRA

FERNANDO SILVA



Quinteto se apresenta no Plenário

O Projeto Segunda Cultural apresentou, em maio, o som do Quinteto Metais Recife. No repertório do grupo, composições de Pixiguinha, Chiquinha Gonzaga, Luiz Gonzaga, entre outros. O evento acontece no Plenário e é aberto ao público.

Página 8

EDITORIAL

AÇÃO PARA O BEM-ESTAR DA SOCIEDADE PERNAMBUCANA

Mais qualidade de vida tem sido uma das preocupações que norteiam o ato de legislar, atribuição específica da Assembléia Legislativa de Pernambuco. O assunto tem merecido tanta atenção por parte dos deputados estaduais, que vários projetos em tramitação na Casa de Joaquim Nabuco refletem um cuidado especial na área de saúde, com o objetivo de garantir o bem-estar da sociedade.

Proibição de fumar em determinados locais públicos, discussão sobre o consumo de alimentos transgênicos, comercialização de medicamentos fora da validade, definição do cardápio da merenda escolar, além de uma política aos portadores de Mal de Parkinson e da intensificação do combate à dengue, por meio da criação de regras para facilitar o acesso dos agentes sanitários, são alguns dos temas que estão na ordem do dia do Poder Legislativo.

Essas iniciativas, materializadas na forma de projetos de lei, acompanham *pari passu* outras discussões que também visam à melhoria da qualidade de vida da população, por meio do exercício da cidadania, como é o caso das garantias conquistadas com a elaboração de legislações que defendem os direitos do consumidor. Tais debates vêm sendo uma constante na Assembléia Legislativa e revelam a tentativa dos parlamentares no sentido de se aproximarem cada vez mais das reais demandas de todos os pernambucanos.

Nesta 33ª edição do Tribuna Parlamentar, a matéria principal destaca, entre outros assuntos, todas essas ações que vêm convergindo em direção a um mesmo objetivo: o de representar os anseios da população de forma cada vez mais abrangente, defendendo os interesses e garantindo os direitos da coletividade.

EXPEDIENTE

O Jornal **Tribuna Parlamentar** é uma publicação de responsabilidade do **Departamento de Comunicação Social da Assembléia Legislativa - Divisão de Imprensa**.

MESA DIRETORA: Presidente, Deputado Romário Dias; **1º Vice-Presidente**, Deputado Fernando Lupa; **2º Vice-Presidente**, Deputado José Aglailson Júnior; **1º Secretário**, Deputado João Negromonte; **2º Secretário**, Deputado Bruno Rodrigues; **3º Secretário**, Deputado Nelson Pereira; **4ª Secretária**, Deputada Ceça Ribeiro. **Diretora do Departamento de Comunicação Social,** Christianne Alcântara; **Chefe da Divisão de Imprensa:** Cláudia Lucena; **Editora:** Cláudia Lucena. **Redatores:** Andréa Tavares, Christianne Alcântara, Cláudia Lucena, Fernanda Rodrigues e Renata Rodrigues. **Estagiários:** Luciana Morais, Mariana Fragoso e Renata Maia. **Revisão:** Christianne Alcântara e Cláudia Lucena. **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Alécio Nicolak Júnior e Anderson Galvão. **Edição de Fotografia:** Breno Laprovitera. **Fotógrafos**: Fernando Ferreira, Moisés Barbosa e Roberto Soares. **Tratamento de Imagem:** Carlos Oliveira. **Endereço**: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, 631 – Recife-PE. Fone: 3217-2368. Fax 3217-2107. PABX 3217-2211.

Nosso endereço na Internet: *http://www.alepe.pe.gov.br* — E-mail: *dimprensa@alepe.pe.gov.br*

ARTIGO

EM DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Teresa Leitão*

A Assembléia Legislativa de Pernambuco vivenciou, neste primeiro semestre, atividades importantes para debater a temática dos direitos da criança e do adolescente. Além da reunião especial marcando a passagem do Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, em 18 de maio, duas audiências públicas foram realizadas. A primeira tratou de discutir as medidas socioeducativas aplicadas pelo sistema público aos menores infratores. A segunda se debruçou sobre o projeto que visa reduzir a maioridade penal de 18 para 16 anos.

FERNANDO SILVA



Foram ouvidos juízes, promotores públicos, representantes do Poder Executivo Estadual, membros de conselhos de direitos, instituições da sociedade civil e muitas crianças, adolescentes e jovens. O espaço do Poder Legislativo, verdadeira caixa de ressonância dos anseios sociais, abre suas portas e aguça sua sensibilidade para um dos mais graves problemas enfrentados pelas autoridades e pela própria sociedade. É bem verdade que muitos dos problemas analisados acompanham a história da humanidade, porém nunca estiveram tão visíveis, incontroláveis e crescentes quanto na atualidade.

A persistência da prática do trabalho infantil, o aumento e a sofisticação da exploração sexual de crianças e adolescentes somam-se à inadequação e à insuficiência das medidas socioeducativas, reconhecidas pelo próprio poder público, deixando a nós todos perplexos e indignados, mas, ao mesmo tempo, firmes e esperançosos na luta.

Luta para superar os padrões atuais das políticas públicas de defesa, assistência e proteção à criança e ao adolescente, ainda muito distantes dos avanços conquistados no Estatuto. Luta para sensibilizar a sociedade, instigando-a a repudiar todas as formas de violação dos direitos da infância e da juventude.

É preciso tratar das políticas estruturantes, em especial a educação, como também dar respostas urgentes visando estancar os problemas atuais.

As ações em curso na Assembléia Legislativa caminham na direção de somar e contribuir para o debate, apresentando proposições e abrindo novos espaços.

Nesse sentido, considero muito bem-vinda a proposta apresentada em uma dessas audiências públicas, qual seja a de constituição da Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente.

É mais um desafio a ser enfrentado com vigor e compromisso pela Assembléia Legislativa de Pernambuco.

*Deputada do Partido dos Trabalhadores (PT), professora e ex-dirigente sindical da área de educação.

SEMINÁRIO

MARKETING POLÍTICO EM DEBATE

CARLOS OLIVEIRA



O marketing político foi tema de um seminário promovido pela Escola do Legislativo, no último dia 26, no auditório da Alepe. Os palestrantes, jornalista Fernado Veloso e procurador Leucio Lemos, enfocaram, respectivamente, os fundamentos da comunicação necessários para organizar uma campanha eleitoral e as nuanças das legislações eleitorais em vigor. O evento reuniu parlamentares, assessores e servidores da Assembléia. A diretora da Elepe, Lúcia Galindo, destacou a importância de um encontro como esse num ano eleitoral.

LEGISLAÇÃO

COMISSÃO REINICIA REVISÃO DO REGIMENTO INTERNO

A Assembléia Legislativa retomou os trabalhos de revisão do Regimento Interno. Desde maio, a subcomissão formada pelos deputados Augusto Coutinho (PFL), José Queiroz (PDT) e Carla Lapa (PSB) está debruçada sobre o texto. Alguns artigos já sofreram alterações, entretanto, os parlamentares alegam que ainda é muito cedo para confirmar qualquer mudança. "Estamos fazendo uma nova análise do documento", afirmou Queiroz. A expectativa é que, no começo do segundo semestre, a matéria seja apreciada em Plenário. "Estamos em ritmo acelerado", destacou Coutinho.

De acordo com Carla Lapa, o procedimento é o mesmo adotado com o Código de Ética, que foi aprovado, no ano passado, pela Casa. "Vamos analisar artigo por artigo, retirar o que diz respeito à ética, uma vez que o tema está contemplado no Código, e fazer mudanças onde for necessário", frisou a deputada, acrescentando que cada sugestão está sendo bastante discutida. "No final, iremos fazer uma audiência pública para apresentar o texto aos demais parlamentares", observou.

Grupo vai estudar 269 artigos do documento

Dos 295 artigos do Regimento, estão sendo revisados 269. Um dos que devem ser alterados é o 9º, que trata de prazo regimental. Se o novo texto for aprovado, será resguardado o prazo para apresentação de emendas parlamentares a projetos de lei. Atualmente, o presidente, demais integrantes da Mesa Diretora, deputados e as Comissões podem renunciar a esse prazo.

O Regimento Interno estabelece as regras para a criação e tramitação de projetos de lei, indicações, requerimentos e outras proposições legislativas.

O documento também regula, por exemplo, os deveres e direitos dos deputados, as normas para a eleição da Mesa Diretora e a substituição pelo suplente em caso de vacância ou renúncia.

ROBERTO SOARES



Augusto Coutinho, José Queiroz e Carla Lapa retomaram trabalhos. Audiência pública deverá ser realizada para apresentar mudanças aos demais deputados

AÇÃO PARLAMENTAR

PROJETOS E LEIS REVELAM P

O grande número de propostas visando à definição de programas e ações de saúde, apresentado na Assembléia Legislativa de Pernambuco, mostra a preocupação dos parlamentares com a melhoria da qualidade de vida da população pernambucana. Desde o início da 15ª Legislatura, em 2003, 79 projetos de lei passaram pela análise da Comissão de Saúde da Alepe. Desses, 21 já foram sancionados e viraram leis. Em sua maioria, as proposições objetivam regular programas de prevenção, questões referentes à alimentação, com prioridade à merenda escolar, e criação de regras específicas para atendimentos.

Um dos projetos de maior repercussão apreciado durante esse período entrou em vigor, no último dia 13 de maio. A medida proíbe fumar em locais públicos, como cinemas, teatros, boates, repartições públicas e bancárias etc. O grande número de problemas provocados pelo uso do fumo e o alto custo das conseqüências para os serviços de saúde motivaram a deputada Carla Lapa (PSB) a apresentar a proposição, que, também, define multas para os estabelecimentos que descumprirem a lei. "O que pretendemos não é violar o direito de fumar, mas sim, resguardar o direito e a saúde do não-fumante", esclarece a parlamentar.

A utilização de organismos geneticamente modificados (OGMs) também foi alvo de discussões na Casa Joaquim Nabuco. Dois projetos tratando da liberação do consumo dos alimentos transgênicos no Estado foram analisados. Um é de autoria do deputado Pedro Eurico e o outro, do deputado Bruno Rodrigues, ambos do PSDB. As propostas foram unificadas e transformadas num substitutivo aprovado pela Alepe, que originou a Lei nº12.374, em vigor desde 29 de maio de 2003. A legislação permite a utilização de OGMs somente para fins de alimentação de animais e para a comercialização dos produtos derivados desses animais, sendo necessária, ainda, a colocação de rótulos informando sua origem. Os alimentos devem, também, estar expostos em gôndolas apropriadas.

Um outro ponto que preocupa os parlamentares é a comercialização de medicamentos fora do prazo de validade. A fim de evitar isso, o deputado Sérgio Leite (PT) apresentou uma proposta que regula os procedimentos de substituição e destinação de medicamentos, cujos prazos de validade expirem em poder das farmácias. A matéria foi sancionada e define como responsabilidade das indústrias farmacêuticas e das empresas distribuidoras de medicamentos a substituição dos produtos fora de validade.

MERENDA ESCOLAR - Os cardápios da merenda oferecida pelas escolas públicas e privadas de Pernambuco deverão ser submetidos à apreciação do Conselho Regional de Nutrição, conforme legislação aprovada na Casa. O projeto de lei, que ainda está em tramitação na Alepe, é de autoria do presidente da Comissão de Saúde, deputado Sebastião Oliveira Júnior (PFL).

"É importante esclarecer que a finalidade não é punir, ou criar dificuldades para o funcionamento de cantinas nas escolas

CARLOS OLIVEIRA



Uma das medidas que beneficiam a população estabelece regras para o acesso de agentes sanitários a residências, visando combater focos do mosquito da dengue

PREOCUPAÇÃO COM A SAÚDE

mas implantar, de modo direto, ou indireto, uma nova forma de educação alimentar nas unidades educacionais do Estado. Isso deve resultar numa conscientização da população sobre os benefícios de ingerir bons alimentos, desde a infância", justifica o deputado.

Entre outras leis já em vigor que foram elaboradas por parlamentares da Alepe, está a que define diretrizes para uma política de atenção integral aos portadores do Mal de Parkinson, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), e a que estabelece regras para o acesso a residências e outros imóveis dos agentes sanitários responsáveis pelo combate à dengue. A primeira foi de autoria de Isaltino Nascimento (PT) e a segunda, de Sebastião Oliveira Júnior.

Entre as propostas que ainda tramitam na Casa, está o Projeto de Lei nº 73/2003, do deputado Bruno Rodrigues, instituindo nas redes pública e privada de ensino o estudo da dependência química e o Programa Permanente de Orientação e Prevençao ao Uso de Drogas.

CONFIRA EXEMPLOS DE MATÉRIAS SANCIONADAS

* **Lei nº 12.374/03** - Regulamenta o cultivo e a venda de organismos geneticamente modificados no Estado.
Autores: Bruno Rodrigues (PSDB) e Pedro Eurico (PSDB).

* **Lei nº 12.400/03** - Dispõe sobre a distribuição e a destinação de medicamentos, cujos prazos de validade expirem em poder das farmácias.
Autor: Sérgio Leite (PT).

* **Lei nº 12.578/04** - Proíbe o uso e o consumo de fumo em estabelecimentos públicos, abertos ou fechados, onde houver trânsito ou permanência de pessoas.
Autora: Carla Lapa (PSB).

* **Lei nº 12.461/03** - Cria regras para permitir o acesso de vigilantes sanitários responsáveis pela fiscalização de existência e erradicação de focos do mosquito da dengue.
Autor: Sebastião Oliveira Júnior (PFL).

ALGUMAS PROPOSTAS EM TRAMITAÇÃO

* **Projeto de Lei Ordinária nº 52/03** - Obriga as cantinas de escolas públicas e particulares a submeterem seus cardápios à aprovação do Conselho de Nutrição.
Autor: Sebastião Oliveira Júnior (PFL).

* **Projeto de Lei Ordinária nº 73/03** - Institui nas redes pública e privada de Ensino Fundamental do Estado o estudo da dependência química e suas conseqüências e o Programa Permanente de Orientação e Prevenção ao Uso de Drogas.
Autor: Bruno Rodrigues (PSDB).

* **Projeto de Lei Ordinária nº 221/03** - Dispõe sobre os procedimentos de ressarcimento das despesas relativas aos serviços prestados pela rede pública por parte das operadoras de planos de saúde.
Autor: Isaltino Nascimento (PT).

* **Projeto de Lei Ordinária nº 521/04** - Dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação de cursos na rede hospitalar pública para a mulher gestante.
Autor: Izaías Régis (PTB).

MOISÉS BARBOSA



Lei pretende evitar a comercialização de medicamentos fora do prazo de validade nas farmácias

LEGISLATIVO ATUA EM IMPASSE ENTRE MÉDICOS E PLANOS

A atuação parlamentar também foi fundamental para a relação entre médicos e operadoras de planos de saúde. Como desdobramento da CPI dos Planos, a Comissão de Saúde da Alepe elaborou um projeto de lei visando regulamentar a lista referencial de honorários médicos e serviços, homologada pelo Conselho Federal de Medicina, de forma a, também, solucionar o impasse entre as operadoras e os profissionais. A matéria prevê negociações anuais de reajuste nos valores de consultas e de honorários médicos.

A Lei nº 12.562 foi sancionada, no dia 19 de abril, e serviu ainda como base para uma proposta apresentada, na Câmara Federal, pelo deputado Inocêncio Oliveira (PFL). A legislação pernambucana também define a criação de uma Câmara Arbitral, composta por 12 integrantes, dentre eles, representantes do Ministério Público, de entidades médicas e de defesa do consumidor. O grupo deverá agir nos casos em que não haja consenso, após 30 dias, em relação aos valores dos honorários. A Câmara já foi convocada pela Assembléia Legislativa, durante reunião realizada no dia 1º de junho, quando foram apresentados os integrantes de algumas das 11 entidades que compõem o grupo. Os deputados Sebastião Oliveira Júnior (PFL) e Isaltino Nascimento (PT) serão os representantes da Alepe.

"Estamos convocando a Câmara, como prevê a lei. Até o dia 30 de junho, as entidades médicas e os planos terão o prazo para negociar. Se nesse período não houver acordo, o grupo terá um prazo de sete dias para mediar o percentual do reajuste. Mas esperamos que ele não precise arbitrar", afirmou Oliveira Júnior.

QUALIDADE

PESQUISA MEDE ÍNDICE DE SATISFAÇÃO EM SETORES DA AL

Medir a satisfação do público que utiliza os serviços dos setores administrativos da Assembléia Legislativa é mais um trabalho desenvolvido pelo Núcleo da Qualidade. Em maio, foi aplicada a primeira pesquisa sobre o grau de satisfação dos gabinetes parlamentares, Comissões Permanentes e Temporárias, além de todos os setores da Casa que necessitam dos serviços. Com isso, as mudanças são logo percebidas.

A consultora do Núcleo da Qualidade, Fátima Resende, cita como exemplo a Divisão de Telecomunicações. "O setor havia recebido o maior índice de reclamações, mas conseguiu alterar o quadro, substancialmente", comemorou. Após resolver os problemas, a divisão foi eleita o destaque do mês. Com o objetivo de estimular a constante melhoria dos trabalhos, a Qualidade estará elegendo, bimestralmente, os setores que se destacarem.

De acordo com o chefe da Divisão de Telecomunicações, Luiz Leudo, a pesquisa ajudou a detectar problemas que não eram vistos anteriormente. "Depois que recebemos o resultado, através do Núcleo da Qualidade, fizemos uma reunião com todos os funcionários do setor e um treinamento do pessoal", informou.

Entre os principais problemas indicados pela pesquisa, estava a demora no atendimento e a divulgação de informações erradas. Segundo Luiz Leudo, uma das soluções encontradas para resolver a questão foi dobrar o quadro de telefonistas que atendem às linhas telefônicas instaladas na Casa. "Os funcionários agora sabem que estão sendo avaliados por quem utiliza o serviço. Isso contribui com a melhoria do trabalho", enfatizou, destacando a importância da sinceridade de quem responde à pesquisa.

Na primeira pesquisa, o percentual de satisfação variou entre 53% e 72%. "É necessária a participação de todos na hora de responder ao questionário para que tenhamos retorno", disse Fátima Resende, ressaltando a rapidez com que as Comissões responderam à pesquisa.

Desde 2001, o Núcleo da Qualidade está implantando políticas para melhorar os serviços prestados na Alepe. Em abril de 2002, a instituição recebeu a Certificação ISO 9002 e, em dezembro de 2003, a ISO 9001, tornando-se a única Assembléia do País a conquistar esse certificado, medido por padrões internacionais.

CAMPANHA - Também foi lançada, no mês passado, a Campanha Conheça, Colabore e Faça Acontecer a Qualidade. A idéia é divulgar como funcionam os trâmites administrativos dos setores da Casa. Na primeira etapa, a ação atingiu a área de recursos humanos, esclarecendo sobre os requisitos necessários à posse de funcionários, gratificações, exonerações e outros assuntos.

"A falta de conhecimento sobre como esses processos acontecem acarreta perda de tempo e de dinheiro, pelo gabinete parlamentar, ou divisão", esclareceu Fátima. A campanha está sendo divulgada através do site oficial da Alepe: www.alepe.pe.gov.br, no link da Qualidade. Uma animação foi preparada para auxiliar na divulgação e simplificação das informações que são transmitidas.

CARLOS OLIVEIRA



Divisão de Telecomunicações havia apresentado problemas, mas solucionou e virou destaque do mês

MOISÉS BARBOSA



Luiz Leudo considera positivo o fato de funcionários saberem que estão sendo avaliados por quem utiliza determinado serviço. Para ele, isso contribui com a melhoria do trabalho

LIVROS

DOAÇÕES REFORÇAM ACERVO DA BIBLIOTECA DA ASSEMBLÉIA

A biblioteca da Assembléia Legislativa de Pernambuco está repleta de novidades para os servidores da Casa. Uma coleção de livros doada, recentemente, pelo Senado Federal, é uma delas. Entre os novos títulos, destaque para a área jurídica, com o *Estatuto da Criança e do Adolescente,* o novo *Código Civil*, a *Lei de Responsabilidade Fiscal* (LRF) e a *Evolução do Sistema Eleitoral Brasileiro.*

"A intenção é, cada vez mais, adquirir livros de Ciências Sociais, principalmente com temas do Direito e da política", informou a chefe da seção, Sirlênia Araújo.

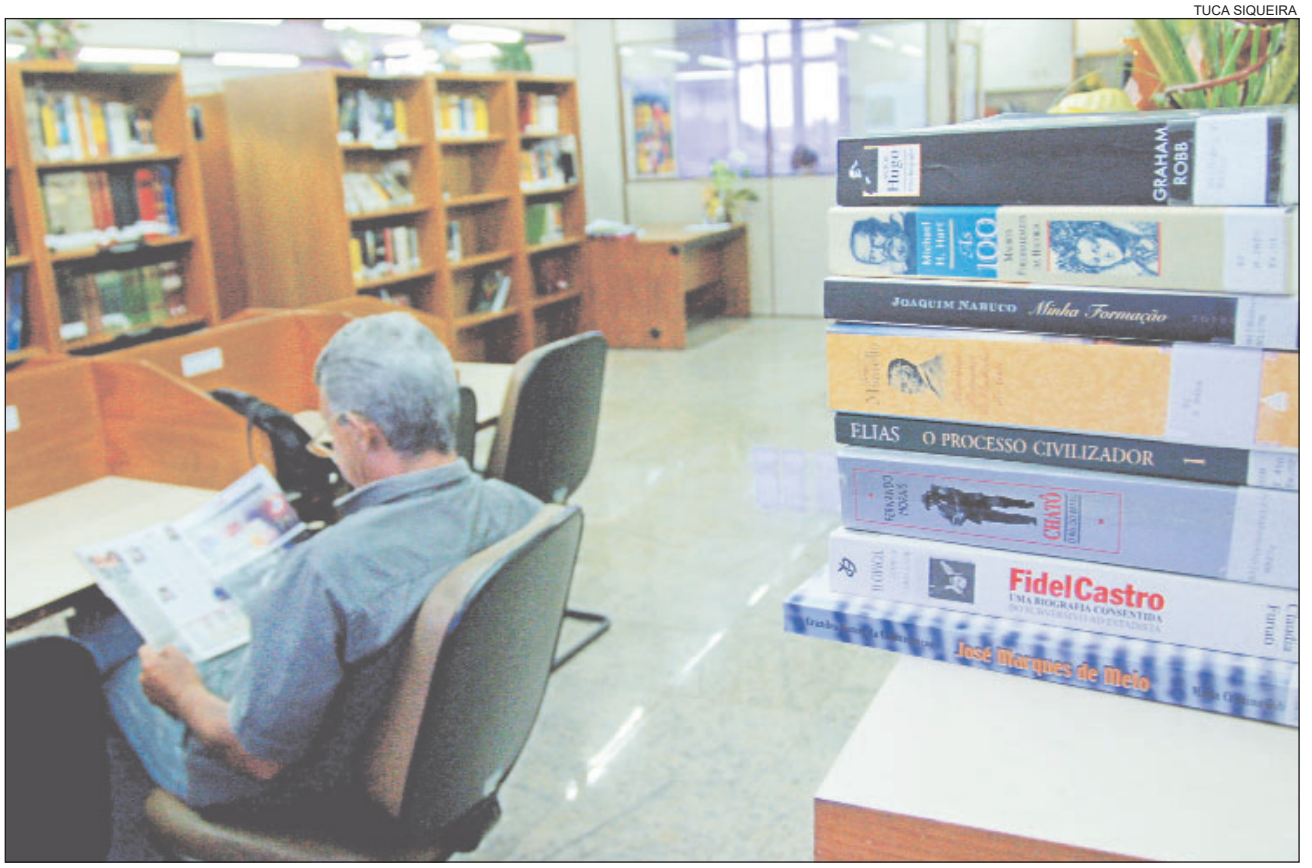
Entre outros títulos que o público pode conferir, estão *A Abolição do Comércio Brasileiro de Escravos, A Amazônia e a Integridade do Brasil* e o *Código de Águas*.

Outra novidade é o espaço cultural disponibilizado pela biblioteca para exposições artísticas. Segundo Sirlênia, "o salão pode receber trabalhos de funcionários, como do público em geral".

Com um acervo de, aproximadamente, 5.400 títulos, a biblioteca da Casa está localizada no sexto andar do Edifício-Anexo I e fica aberta de segunda a quinta-feira, das 8h às 18h e, na sexta, das 8h às 13h.

Todos os servidores da Assembléia Legislativa podem se cadastrar e usufruir dos serviços da biblioteca. É permitido, inclusive, levar livros para casa. O público externo também pode utilizar os títulos em pesquisas, no entanto, limitando-se a consultá-los no próprio espaço.

TUCA SIQUEIRA



Público pode conferir novos títulos adquiridos, com destaque para as áreas da ciência jurídica e política

PERSONAGEM DA ALEPE

TUCA SIQUEIRA



Funcionária tem como *hobby* ir ao cinema e viajar com a família

CÁSSIA CONSIDERA DAL REFERÊNCIA NA CASA

Quando não está no trabalho, a servidora Cássia Villarim coloca o pé na estrada e viaja com a família. "O que mais gosto de fazer é viajar. Sempre que posso, arrumo as malas e saio com meu marido e meus filhos. Um lugar que eu gosto muito é Gramado, no Rio Grande do Sul, adoro o clima e os chocolates. Um dia, pretendo voltar lá", comentou.

Cássia é chefe da Divisão de Estatística e Assistência Técnico-Legislativa, que integra o Departamento de Assistência Legislativa (DAL) da Alepe, e presta assessoramento direto no Plenário. Formada em Direito, ela começou a trabalhar na Casa, um ano após sair da faculdade, em 1986.

Entre as atividades que exerce no dia-a-dia, é responsável por receber e mandar publicar projetos oriundos dos outros Poderes, além de organizar a Ordem do Dia. "Agradeço a Deus, todos os dias, por este emprego. Acho o nosso departamento uma referência na Assembléia. Todos são amigos, se ajudam. Tenho em Ana Olímpia uma grande amiga, não apenas uma diretora", afirmou.

Em 18 anos de trabalho na Alepe, Cássia já presenciou muitos fatos curiosos, inclusive um suposto caso de assombração. "Na época em que trabalhávamos até de madrugada, uma colega nossa tomou um susto enorme com uma escultura em cima de uma mesa. Corremos para falar com ela, que jurou ter visto um fantasma", lembrou.

Nas horas vagas, Cássia também curte ir com a família ao shopping, cinema e praia. Por causa do trabalho, ela não pratica exercícios físicos, mas garante que já foi uma ótima jogadora de voleibol. "Jogava vôlei, sempre gostei, mas, atualmente, tenho um dia-a-dia tão corrido, que fico sem tempo até para caminhar."

SEGUNDA CULTURAL

PÚBLICO APLAUDE QUINTETO DE METAIS

Com um repertório variado, o Quinteto Metais Recife foi a atração da quarta edição deste ano do Projeto Segunda Cultural, promovido pela Alepe. O grupo, que se apresentou no último dia 10, no Plenário da Casa, animou o público tocando músicas de compositores consagrados, como *Carinhoso*, de Pixiguinha, e *Gaúcho*, de Chiquinha Gonzaga. O conjunto fez, ainda, uma homenagem a Luiz Gonzaga , o "Rei do Baião".

O quinteto é formado pelos músicos Diógenes Francisco Pires, Wallace Menezes, Marcelo Marinheiro, Jorge Guerra e Estevam Vieira, que integram o grupo, há sete anos. Alguns deles fazem parte da Banda da Cidade do Recife e da Orquestra Sinfônica do Recife.

O som harmonioso e melódico das interpretações é extraído de vários instrumentos. Entre eles, o trompete, o *flugelhorn*, o trombone, a trompa e a tuba, que são usados em todos os gêneros musicais.

Levar a boa música à população é o objetivo do quinteto, que também se apresenta a convite de escolas, secretarias estaduais e municipais, entre outras instituições.

Artistas como Antúlio Madureira, Henrique Annes e Santana já participaram do Projeto Segunda Cultural, que tem como proposta apresentar, sempre na primeira segunda-feira de cada mês, uma atração que valorize a cultura pernambucana. A entrada é gratuita e os artistas não cobram cachê. O mês de abril foi contemplado com o trabalho do Quartetubas Recife.

FERNANDO SILVA



Músicos apresentaram repertório variado e de boa qualidade